



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO
DIRETORIA DE ENSINO A DISTÂNCIA

**Proposição de metodologia para reformulação curricular de cursos técnicos integrados
ao médio no âmbito da EPCT: inovações, possibilidades e desafios**

Proposition of a methodology for curricular reformulation of technical courses integrated to
medium within the scope of the EPCT: innovations, possibilities and challenges

Christianne Torres de Paiva *

IFPE – Campus Vitória de Santo Antão | *christianne.torres@vitoria.ifpe.edu.br

Jardiene Manuela Santos da Silva

IFPE – Campus Barreiros / jardiene.silva@barreiros.ifpe.edu.br

Magadá Marinho Rocha de Lira

IFPE – Campus Vitória de Santo Antão | magada.lira@vitoria.ifpe.edu.br

RESUMO

A organização curricular orienta todo e qualquer sistema de formação e seu processo de construção deve fundamentar-se em referenciais éticos, políticos, epistemológicos e pedagógicos. Na educação profissional, os currículos devem ser reflexo de um processo dinâmico e contínuo desencadeado pelas demandas educacionais, do mundo do trabalho, das questões sociais, econômicas e ainda de ordem legal e institucional. Contudo, o processo de reorganização curricular não é tão simples, mas deve ser facilitado pela adoção de modelos que possibilitem essa ação sem prejuízo institucional ou na formação dos estudantes e que ainda solidifiquem a qualidade de ensino que é a marca da educação profissional na Rede Federal. Desta forma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de propor uma metodologia para reformulação de currículos de cursos técnicos integrados ao médio no âmbito da EPCT, considerando as inovações, possibilidades e desafios do contexto atual. Assim, foi proposto um modelo constituído por etapas de Planejamento, Definição de critérios e Divulgação e Monitoramento. Tais etapas devem ocorrer através de um processo democrático e participativo. Para sua execução, sugere-se um check list de atividades e a criação de um cronograma, além do estabelecimento de uma agenda prévia de ações.

Palavras-chaves: Currículo, Educação Profissional, Ensino Técnico Integrado, Reformulação Curricular.

ABSTRACT

The curricular organization guides any training system and its construction process must be based on ethical, political, epistemological and pedagogical references. In professional education, curricula must reflect a dynamic and continuous process triggered by educational demands, from the world of work, social and economic issues, as well as legal and institutional issues. However, the curricular reorganization process is not so simple, but it should be facilitated by the adoption of models that allow this action without institutional or student training losses and that further solidify the quality of teaching that is the hallmark of professional education in the Federal Network. Thus, a bibliographical and documental research was carried out with the objective of proposing a methodology for reformulating the curriculum of technical courses integrated to high school within the scope of the EPCT, considering the innovations, possibilities and challenges of the current context. Thus, a model consisting of Planning, Criteria Definition and Disclosure and Monitoring stages was proposed. Such steps must take place through a democratic and participatory process. For its execution, a checklist of activities and the creation of a schedule are suggested, in addition to the establishment of a previous agenda of actions.

Keywords: Curriculum, Professional Education, Integrated Technical Education, Curriculum Reform.

1. Introdução

O objeto que orienta todo e qualquer sistema de formação é a organização curricular (CATAPAN; KASSICK; OTERO, 2016). Por sua vez, o processo de construção curricular fundamenta-se em referenciais éticos, políticos, epistemológicos e pedagógicos (SILVA, 2004). Na educação profissional, esse processo é impulsionado pelas demandas educacionais, do mundo do trabalho, das questões sociais, econômicas e ainda de ordem legal e institucional. Portanto, trata-se de um processo dinâmico e contínuo e que, por sua vez, deve proporcionar a oferta de cursos com currículos que reflitam essa dinâmica.

Vale destacar ainda que a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), no Brasil, é marcada pelo dualismo estrutural historicamente construído entre a formação técnica e a formação humanística (MANFREDI, 2016; LOPES, 2019). E isso se constitui em um importante desafio para a Rede Federal que tem empenhado esforços em implementar suas políticas de formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação com base no trabalho como princípio educativo, pesquisa como princípio pedagógico, formação humana integral, e ainda a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura como eixos estruturantes da formação humana.

Na formação profissional, o processo ensino-aprendizagem deve estar sintonizado com as transformações nos diversos setores do mundo do trabalho que, por sua vez, são impulsionadas e influenciadas pelas inovações técnico-científicas. E, na atualidade, quando se trata de cursos nos quais há integração entre o ensino médio e a formação profissional, outras variáveis devem ser acrescentadas ao processo tais como a recente homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio (BRASIL; MEC; CNE, 2018a) e as possibilidades de inserção da modalidade de ensino híbrido entre o presencial e o Ensino à distância (EaD), por exemplo.

Assim, diante do cenário supramencionado, não há dúvidas de que haverá necessidade de mudanças significativas na organização curricular dos cursos técnicos integrados ao médio no âmbito da EPCT. Mas, essa reorganização curricular necessita ser facilitada pela adoção de modelos que possibilitem essa ação sem desconfigurar os princípios norteadores da educação profissional e tecnológica e, ainda, solidifiquem a qualidade de ensino e a formação cidadã que é a marca da educação profissional na Rede Federal (MEC; SETEC, 2010).

Neste contexto, o presente trabalho objetiva propor uma metodologia para reformulação curricular de cursos técnicos integrados ao médio no âmbito da EPCT, considerando as inovações, possibilidades e desafios impostos pelo momento atual.

2. Fundamentação teórica

A educação profissional e tecnológica no Brasil passou por diversos estágios desde seu início no Brasil Império, perpassando pelas Escolas de Aprendizes e Artífices, Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até chegar aos dias atuais com a Educação Profissional ofertada pela Rede Federal composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Centros Federais de Educação Tecnológica; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal que, na atualidade, depara-se com um enorme desafio que trará mudanças significativas impostas pela Lei nº 13.415 de 16/02/2017 (GARCIA et al., 2018).

Instituto Federal é uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. (MEC; SETEC, 2010), sendo um dos objetivos institucional, a “oferta da educação profissional técnica de nível médio prioritariamente na modalidade integrada”, conforme a Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008). São Instituições que concretizam uma política pública que coloca a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como estratégica para o desenvolvimento econômico e tecnológico da nação, bem como para o fortalecimento da inserção cidadã de milhões de jovens brasileiros (ESCOTT, 2020). E, conforme Saviani (2007), parece ser o modelo que vem romper com a dualidade estrutural que marca a história da EPT no Brasil, na medida em que agrega a formação acadêmica à preparação para o trabalho compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico, especialmente na oferta do Ensino Médio Integrado ao Técnico.

Na atualidade, considerando especificamente a modalidade de oferta relativa ao ensino técnico, destaca-se que no dia 05 de janeiro de 2021, foi publicada pelo D.O.U a Resolução CNE/CP nº 01/2021 (BRASIL; MEC; CNE, 2021) que dá nova forma e conteúdo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT) aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. No que diz respeito ao Ensino Médio, essa Resolução se associa ao conjunto de instrumentos legais e normativos que instituíram a reforma do Ensino Médio, manifesta na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017). Agrega-se à base normativa da referida reforma as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM - Resolução CNE/CEB nº 03/2018) (BRASIL; MEC; CNE, 2018a) à Base Nacional Curricular

Comum (BNCC - Resolução CNE/CEB nº 04/2018) (BRASIL; MEC; CNE, 2018b) e à quarta versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT - Resolução CNE/CEB nº 02/2020) (BRASIL; MEC; CNE, 2020).

Embora a publicação da Resolução CNE/CP nº 01/2021 (BRASIL, 2021) tenha suscitado diversas reações negativas, a exemplo da nota de repúdio publicada pela ANPEd (2021), e a despeito das muitas discussões que têm sido conduzidas acerca da reforma do ensino médio, é fato que isto trará consequências para os currículos dos cursos técnicos ofertados no âmbito da Rede Federal. Dentre as principais mudanças está a organização curricular em uma parte referenciada na Base Nacional Comum Curricular denominada Formação Geral Básica e outra pautada na flexibilização curricular denominada de Itinerários Formativos. E, diante deste fato, Piolli & Sala (2021), destacam a preocupação de que a Educação Profissional passa a compor o Ensino Médio como um dos itinerários formativos possíveis, e, por essa razão, as DCNEM passaram a regulamentar também a Educação Profissional de nível médio. Estes autores ainda destacam que a Resolução supramencionada considera a Educação Profissional tanto como habilitação profissional como qualificação profissional, tratando estas formas distintas e hierarquicamente desiguais como equivalentes.

Conforme o Art. 7º da Resolução nº 03/2018 (BRASIL; MEC; CNE, 2018a), o currículo é conceituado como “a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioemocionais”. É importante destacar que o objeto que orienta todo e qualquer sistema de formação é a organização curricular (CATAPAN; KASSICK; OTERO, 2016) que deve fundamentar-se em referenciais éticos, políticos, epistemológicos e pedagógicos (SILVA, 2004). Mas, vale salientar, no entanto, que o currículo é uma construção histórica e cultural que sofre, ao longo do tempo, transformação em suas definições, sendo sua dinâmica e funções abordadas por diferentes correntes pedagógicas (SILVA, 2010). Na Rede Federal, a organização e planejamento curricular se constitui numa das diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO/CONIF, 2018) e esses cursos possuem na sua organização curricular a formação técnica e básica ocorrendo de forma integrada, numa perspectiva de formação humana integral, politécnica e multidimensional para os concluintes do ensino fundamental e para o público da

educação de jovens e adultos. E, para tal, devem possuir uma integração da matriz curricular entre os componentes da formação básica e da formação técnica tendo-se o devido cuidado para evitar uma matriz com disciplinas fragmentadas (FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO/CONIF, 2018), de modo a adequar-se às premissas descritas no Art. 2º do Decreto nº 5.154/2004, quais sejam: “I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e IV - a indissociabilidade entre teoria e prática” (BRASIL, 2004). Assim, o documento legal deixa explícito que a educação deve ser unitária e politécnica, efetivando-se a tríade trabalho, ciência e cultura nas relações de ensino e aprendizagem de forma que proporcione a transformação social e a formação integral dos sujeitos, sem discriminações ou diferenciações entre as pessoas (SANT’ANA; SILVA; LEMOS, 2018). E, nesse contexto, deixa implícito que deve haver integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões da vida humana tomadas a partir dos eixos indissociáveis do ensino, da pesquisa e da extensão para sustentação do desenho curricular.

Também é importante destacar que o currículo Integrado precisa de uma atitude docente diferenciada que passa necessariamente pelo processo de formação inicial e continuada que deve estar subjacente à Política Pública de Educação Profissional (AZEVEDO; SILVA; MEDEIROS, 2015). Isso porque ainda se percebe o desenvolvimento de algumas práticas docentes que hierarquizam e fragmentam o processo de ensinar e aprender, comprometendo o desenvolvimento da proposta de educação integral no ensino médio (REGATTIERI; CASTRO, 2013), e para tais deve-se pensar em estratégias de superação de práticas tradicionais de ensino que não condizem com as propostas educacionais de um currículo integrado. Um projeto de ensino médio integrado, nesses termos, deve priorizar uma articulação entre teoria e prática, permitindo ao estudante, ingressar no mundo do trabalho e ainda dar prosseguimento aos seus estudos, contribuindo assim, para a melhoria da educação básica, tendo em vista o ensino médio ser a sua última etapa (CARIELLO, 2014). Portanto, a educação integral e integrada à educação profissional tendo o trabalho como princípio educativo e que tenha como foco a formação plena dos sujeitos deve se desenvolver a partir de uma escola unitária de formação geral, tendo como práxis ações ético-políticas, voltadas a formação dos indivíduos em sua totalidade. E, portanto, o currículo deve refletir uma integração de conhecimentos a partir de uma prática docente que privilegie aspectos interdisciplinares e transdisciplinares, onde professores atuem não somente

como educadores da formação geral ou específica, mas na produção conjunta dos percursos profissionais dos sujeitos (SANT'ANA; SILVA; LEMOS, 2018).

Outra importante questão a ser considerada em relação ao currículo dos cursos ofertados pelos Institutos Federais diz respeito a dois outros princípios: verticalização e transversalidade. A verticalização além de possibilitar a formação do sujeito em vários níveis dentro de uma mesma instituição, possibilita a superação da fragmentação dos saberes que sempre houve entre universidades e escolas técnicas (TEIXEIRA, 2018).

“A verticalização, por seu turno, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações. Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnica, graduação e pós-graduação tecnológica” (PACHECO, 2015, p.21).

Já a transversalidade diz respeito ao necessário diálogo entre educação e tecnologia: a tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e ampliam-se aos aspectos socioeconômicos e culturais (PACHECO, 2011).

Vale destacar que um outro desafio importante a ser considerado na organização curricular do Ensino médio integrado ao técnico está relacionado ao que é proposto pela Resolução nº 03/2018, § 15: “As atividades realizadas a distância podem contemplar até 20% (vinte por cento) da carga horária total, podendo incidir tanto na formação geral básica quanto, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado, necessariamente com acompanhamento/coordenação de docente da unidade escolar onde o estudante está matriculado, podendo a critério dos sistemas de ensino expandir para até 30% (trinta por cento) no ensino médio noturno” (BRASIL, 2018)

Somando-se a isso, tem-se a flexibilização curricular levada a efeito pela Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) que de acordo com Kuenzer (2017), insere-se em um quadro conceitual mais amplo: o da aprendizagem flexível, concebida como resultado de uma metodologia inovadora, que articula o desenvolvimento tecnológico, a diversidade de modelos dinamizadores da aprendizagem e as mídias interativas; neste caso, ela se justifica pela

necessidade de expandir o ensino para atender às demandas de uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva.

E, por fim, uma questão importante a ser considerada diz respeito a inexistência de um direcionamento metodológico para construção ou reformulação curricular de forma a facilitar este processo.

Diante do contexto descrito, pensar a organização curricular a partir do cenário produzido pelas interrelações entre as demandas educacionais, do mundo do trabalho, das questões sociais, econômicas e ainda de ordem legal e institucional, além de novas configurações e concepções da atualidade, é algo relevante e urgente. Isso implica identificar novos dispositivos didáticos, novas formas de encaminhar os processos de ensino e aprendizagem, além de estabelecer estratégias que possibilitem a construção de uma estrutura de organização curricular que cumpra a legislação vigente sem descaracterizar a identidade e a autonomia institucional e ainda possibilite uma formação integral numa perspectiva omnilateral*, que envolva conhecimento, trabalho e educação.

3. Metodologia

Para viabilizar o alcance do objetivo proposto no presente trabalho, foi realizada uma pesquisa de natureza básica utilizando o método dialético (MARCONI; LAKATOS, 2016 *apud* MAZUCATO, 2018) com uma abordagem qualitativa e descritiva, onde foram utilizados os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008).

A escolha pelo método dialético para o desenvolvimento direcional da pesquisa se deu pelo fato de que se pretendeu verificar quais paradigmas deveriam ser considerados para motivar a reformulação de currículos dos cursos técnicos integrados ao médio no âmbito da EPCT, considerando que estes devem ser reflexo de um processo dinâmico e contínuo desencadeado pelas demandas educacionais, do mundo do trabalho, das questões sociais,

*Perspectiva omnilateral: formação humana que procura potencializar todas as lateralidades do ser humano. Que leve o ser humano a construção de sua existência de forma emancipada, livre de limitações alienantes (DUARTE et al, 2016). Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo12_EVANDRO-SANTOS-DUARTE-NEIVA-AFONSO-OLIVEIRA-ANA-L%C3%A9ACIA-KOGA.pdf Acesso em 13 dez 2021.

econômicas e ainda de ordem legal e institucional. Neste contexto, a escolha do método dialético partiu da compreensão do pressuposto expresso por Gil (2008), que afirma ser este um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Corroborando com essa afirmação, Marconi; Lakatos (2002) complementam que o mundo é um conjunto de processos e que as coisas não podem ser analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em contínuo movimento. Por outro lado, as coisas não existem isoladas, separadas umas das outras e independentes, mas como uma totalidade que mantém laços de reciprocidade.

A abordagem qualitativa e descritiva complementa a direção indicada pelo método dialético, uma vez que, na pesquisa em epígrafe, pretendeu-se identificar quais as variáveis deveriam ser consideradas para a elaboração de um método de reestruturação de currículos dos cursos técnicos integrados ao médio na EPCT. Por sua vez, a identificação das variáveis e suas respectivas características, possibilitaram a criação de um banco de informações que puderam ser cruzadas de tal forma que possibilitaram a definição de critérios e parâmetros elencados como essenciais para a reestruturação dos currículos. Isto pode ser corroborado pela afirmação de Gil (2008) que indica que a pesquisa qualitativa e descritiva além de possibilitar a identificação das variáveis, também permite a identificação da existência de relações entre as variáveis e a natureza dessas relações.

E, por fim, o delineamento da pesquisa proposta adotou os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008), balizados nos pilares dos métodos dialético, qualitativo e descritivo.

Para realização da pesquisa bibliográfica foram realizadas leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, manuscritos, relatórios, teses, monografias, etc, conforme orientação de Mazucato (2018).

Foram adotados os seguintes procedimentos em conformidade com Gil (1999 *apud* MAZUCATO,2018):

a) levantamento bibliográfico preliminar: foram consultadas fontes primárias correspondente à bibliografia básica sobre reformulação curricular de cursos técnicos integrados ao médio no âmbito da EPCT. Essa fase serviu de apoio para desenvolvimento do texto referente ao objeto de estudo. Além disso, buscou-se fontes secundárias para consolidação e complementação das informações encontradas nas fontes primárias.

b) busca das fontes: o levantamento bibliográfico preliminar foi efetuado principalmente através da internet. Foram feitas consultas a sites governamentais, sites de órgãos públicos e privados da área de educação, plataformas de busca, portais de pesquisa (CNPq, Scielo, Capes, etc.), periódicos, índices com resumos, teses e dissertações, catálogos de bibliotecas, Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, etc.

c) leitura do material: foi feita de forma atenta e sistematizada de modo a subsidiar a fundamentação teórica e efetivação da pesquisa. Nesta fase foram produzidos resenhas, anotações e fichamentos, em conformidade com as orientações de Marconi; Lakatos (2002).

d) redação do texto: a partir das resenhas, anotações e fichamentos produzidos na fase de leitura do material consultado, foram redigidos os textos relativos ao trabalho nas suas diversas fases.

A pesquisa documental seguiu conforme a pesquisa bibliográfica, sendo as fontes de consulta representadas por documentos oficiais e extraoficiais, tais como regulamentos, normas, pareceres, diários, leis, projetos de leis, relatórios técnicos, minutas, jornais, registros audiovisuais diversos, arquivos escolares, dados estatísticos produzidos por instituições públicas e privadas.

Os dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e documental, foram compilados, sistematizados e tratados através do procedimento de análise de conteúdo categorial temática conforme Minayo (1998). Posteriormente, foram feitas inferências interpretativas na construção de textos descritivos, argumentativos, analíticos, críticos e propositivos, destacando generalidades e particularidades das análises, inserindo e articulando o modelo proposto com as referências teóricas e ainda às percepções da autora, procurando contextualizar todos os critérios identificados como relevantes para a reestruturação de currículos de cursos técnicos integrados ao médio no âmbito da EPCT.

4. Resultados e discussão

O que se pretende apresentar neste item são as análises e reflexões realizadas a partir da pesquisa bibliográfica e documental efetuada. Destaca-se, em especial, os trabalhos realizados por Bueno (2013) e Teixeira (2018) que serviram de fonte inspiradora para algumas ideias elencadas no modelo proposto. Vale destacar, contudo, que o modelo proposto para reformulação curricular de cursos técnicos integrados ao médio, a seguir, foi criado pela autora,

uma vez que não há registro na literatura consultada sobre metodologia direcionada para tal fim.

Assim, a consulta às diversas fontes de pesquisa permitiu inferir que para considerar um modelo orientador que possibilite a reformulação de currículos do ensino médio integrado ao técnico no âmbito da EPCT, de forma organizada e efetiva, pode-se definir um método que seja conduzido por etapas. Tais etapas constituem-se de: (1) Planejamento; (2) Definição de critérios e (3) Divulgação e Monitoramento (Figura 1).

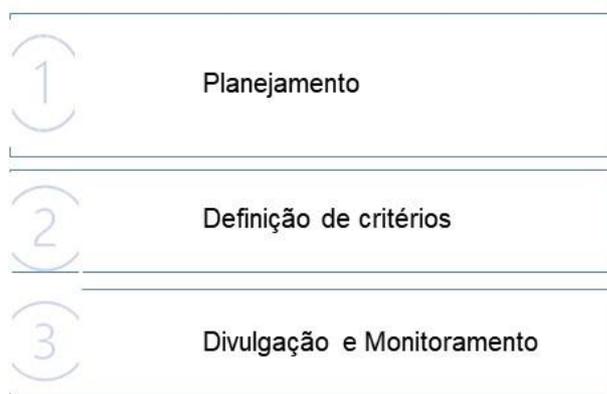


Figura 1. Etapas do método para reformulação curricular de cursos técnicos integrados na EPCT; Fonte: As Autoras.

Em todas as etapas, devem ser estabelecidos canais de consulta à comunidade acadêmica, pois “construir currículo é um ato político, educativo, social e deve partir da coletividade” (TEIXEIRA, 2018, p. 69). Deve-se consultar também os setores pedagógico e jurídico, de modo a assegurar O envolvimento dos diversos atores da comunidade acadêmica na construção dos documentos institucionais que norteiam todo processo educacional, ratificando o que está prescrito na LDB, Lei nº 9.394/96, nos seus artigos 13, 14 e 15 (BRASIL, 2011), quando coloca nas mãos dos docentes e especialistas da educação a responsabilidade de participar da elaboração de seus projetos de modo a tornar essa ação democrática e participativa (SALLES; BUENO, 2016).

A seguir, as etapas serão devidamente explicitadas.

Etapa 1 – Planejamento

Toda e qualquer ação de construção de documentos norteadores deve iniciar com o planejamento de ações que deverão ser conduzidas por todo o processo. Em geral, o processo de reformulação curricular é conduzido por uma comissão instituída através de ato administrativo como Portaria. No entanto, o trabalho deverá ser sempre coletivo, participativo e democrático. Assim, deve-se concentrar esforços para mobilização de toda comunidade acadêmica através de reuniões com calendários e pautas bem definidas.

Sugere-se que nas reuniões seja verificado de forma objetiva

- Se o currículo em vigência está de acordo com as orientações legais e institucionais;
- Qual a visão da comunidade acadêmica acerca da organização curricular;
- Se o modelo de currículo vigente contempla as transformações sociais e os arranjos produtivos, perspassando pelas questões éticas e socioambientais;
- Se há efetiva articulação entre o ensino profissional e a formação geral;
- Se há previsão de inserção de metodologias interativas por meio de projetos inter e transdisciplinares;
- Se há previsão de inserção de novas metodologias de ensino-aprendizagem;
- Se há previsão de carga horária ofertada através na modalidade EaD;
- Quais itens necessitam de melhorias ou mudanças no currículo vigente.

Sugere-se que a Comissão instituída defina a bibliografia que servirá como referencial teórico composta por autores como Paulo Freire, Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos, Maria Ciavatta, dentre outros. Também devem ser definidas fontes documentais que constituam o arcabouço jurídico, tais como a legislação referente à Rede Federal composta por Leis, Decretos, Portarias e diversas normativas institucionais, dentre outros diplomas legais.

Outra questão importante para ser definida pela Comissão antes de iniciar seus trabalhos é a escolha da metodologia que adotará para conduzir os trabalhos sob sua responsabilidade.

Etapa 2 – Definição de critérios

A partir do referencial teórico e embasamento legal, sugere-se a definição de critérios considerados essenciais nos currículos dos cursos técnicos integrados ao médio na EPCT. Abaixo, são listados alguns que devem ser contemplados:

- Questões relativas à globalização e à inovação tecnológica e seus impactos no mundo do trabalho e nas relações de produção;
- As transformações da sociedade;
- Os arranjos produtivos;
- As questões éticas e socioambientais;
- Perfil do egresso;
- Articulação entre o ensino profissional e a formação geral, através da construção de matrizes que priorizem a integração entre os componentes curriculares da formação geral e profissional;
- Resgate de metodologias interativas através de projetos inter e transdisciplinares;
- Possibilidade da certificação intermediária;
- Inserção de novas tecnologias de ensino e aprendizagem;
- Questões relacionadas às práticas profissionais, tais como estágio obrigatório;
- Adequação à legislação vigente, inclusive no que se refere à EaD;

A partir da definição de critérios pode-se otimizar a reformulação curricular e gerar produtos específicos, tais como matriz curricular, por exemplo. Neste caso específico, há que se considerar trabalhos que devem ser conduzidos de forma democrática, participativa e integrada, especialmente no que concerne à construção de ementas dos componentes curriculares.

Etapa 3 – Divulgação e monitoramento

Após o cumprimento das metas estabelecidas para reformulação curricular, sugere-se estabelecer um cronograma de divulgação do produto gerado a partir de reuniões com a comunidade acadêmica. É importante que ocorram reuniões com a equipe gestora e com todos os demais atores envolvidos e que sejam reuniões objetivas e claras, mas com espaço para elucidar questões e eventuais ajustes, caso seja necessário.

No que diz respeito a ações de monitoramento, é importante destacar que deve ser previsto investimento em formação continuada dos docentes com vistas a possibilitar fundamentação teórica e metodológica para o fazer pedagógico diário em consonância com o currículo do curso. E, ainda estabelecer fóruns permanentes e periódicos de discussão para verificar a necessidade de implementação de atualizações curriculares.

De modo geral, o modelo proposto para organização curricular pode ser sintetizado na Figura 2.

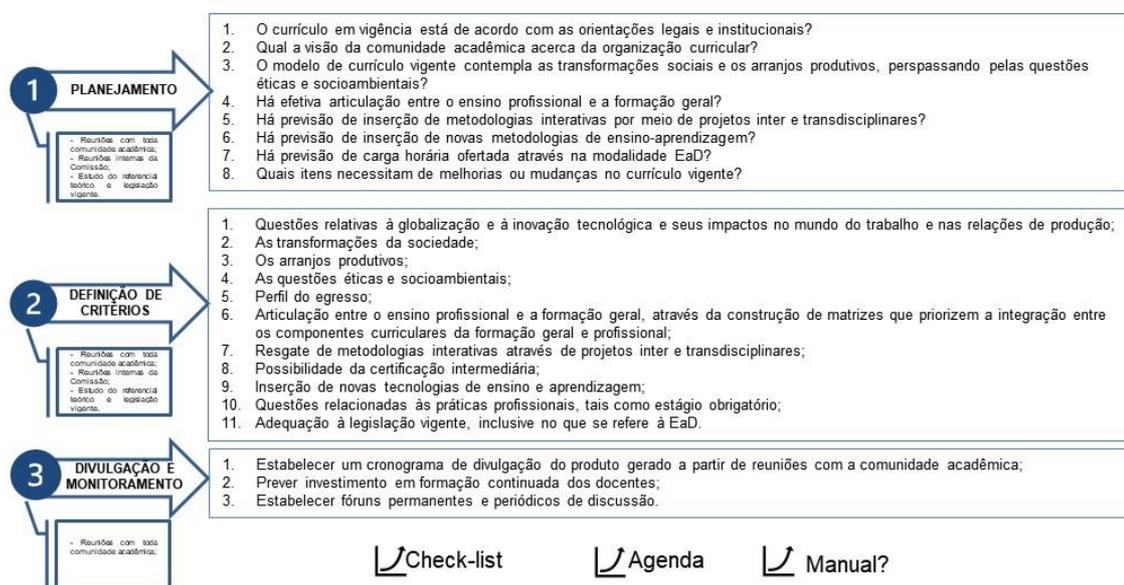


Figura 2. Esquema do método proposto para reformulação curricular de cursos técnicos integrados na EPCT; Fonte: As Autoras.

5. Conclusões

O modelo proposto pretende ser dinâmico e flexível, no sentido de permitir que seja continuamente verificado e ajustado. E, para isso, alguns pontos importantes devem ser destacados:

- A reformulação curricular deve ocorrer como um processo democrático e participativo. Todas as etapas previstas para esta atividade devem ser seguidas rigorosamente e para tal, sugere-se um check list de atividades que devem compor cada etapa de modo a ter-se controle e organização sobre os desdobramentos que ocorrerem. Sugere-se também a criação de um cronograma e uma agenda prévia de ações de modo a estabelecer prazos e prioridades em cada etapa;

- E, para tornar o trabalho de comissões futuras mais eficientes, sugere-se a elaboração de um manual considerando a lógica proposta pelo método desenvolvido neste trabalho.
- Vale destacar que é importante assegurar à Comissão instituída como responsável para condução dos trabalhos de reformulação curricular, condições para realização de um amplo estudo documental e teórico a fim de que a organização curricular a ser construída seja dinâmica, no sentido de permitir ajustes e adequações sempre que necessário. Dessa forma, pode-se ter possibilidade de um currículo que permita um construir, reconstruir e questionar de forma organizada, atualizado com a legislação vigente e em sintonia com as diretrizes da Educação Profissional da Rede Federal.

Referências

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Nota de repúdio às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica**. 2021. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/nota-de-repudio-novas-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-profissional-e> Acesso em 30 jul 2021.

BRASIL, R. F; NORTE, R. G. O currículo e a educação profissional no Brasil como desenvolvimento humano. In: IV COLÓQUIO NACIONAL E I COLÓQUIO INTERNACIONAL – A produção do conhecimento em educação profissional. IFRN, **Anais...**Natal – RN, 2017. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/wp-content/uploads/2019/10/O-CURR%C3%8DCULO-E-A-EDUCA%C3%87%C3%83O-PROFISSIONAL-NO-BRASIL-COMO-DESENVOLVIMENTO-HUMANO.pdf>. Acesso em: 15 nov 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 29 jun 2021.

BRASIL; MEC; CNE. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018a**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 30 jun 2021

BRASIL; MEC; CNE. **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018b**. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file>. Acesso em 29 jul 2021.

BRASIL; MEC; CNE. **Resolução nº 2, de 15 de dezembro de 2020**. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2020-pdf/167211-rceb002-20/file> Acesso em 31 jul 2021.

BRASIL; MEC; CNE. **Resolução nº 1, de 05 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 30 jul 2021.

BUENO, Eliane de Souza Silva. A reformulação do projeto pedagógico do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal do Triângulo Mineiro –Campus Uberlândia: possibilidades e desafios de articulação. In: Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento Em Educação Profissional. II, 2013, Natal - RN. **Anais...**Natal: IFRN, 2013. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1312/A%20REFORMULA%C3%87%C3%83O%20DO%20PROJETO%20PEDAG%C3%93GICO%20DO%20CURSO%20T%C3%89CNICO%20M%20AGROPECU%C3%81RIA%20DO%20INSTITUTO%20FEDERAL%20DO%20TRI%C3%82NGULO%20MINEIRO%20C%C3%82MPUS%20UBERL%C3%82NDIA%20POSSIBILIDADES%20E%20DESAFIOS%20DE%20ARTICULA%C3%87%C3%83O.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 set.2021

CATAPAN, Araci Hack; KASSICK, Clóvis Nicanor; OTERO, Walter Ruben Iriondo. **Metodologia para elaboração de matriz curricular: integração e transversalidade.** Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, [S.l.], v. 10, p. 27-45, nov. 2016. ISSN 2179-2534. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/4229/2861>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ESCOTT, C. M. Educação Profissional e Tecnológica: avanços, retrocessos e resistência na busca por uma educação humana integral. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 29, n. jan/dez, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/11145>. Acesso em: 5 dez. 2021.

FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO/CONIF. **Diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, 2018. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/Diretrizes_EMI_-_Reditec2018.pdf Acesso em 30 jul 2021.

GARCIA, Adilso de Campos; DORSA, Arlinda Cantero ; OLIVEIRA, Edilene Maria de; CASTILHO, Maria Augusta de. Educação profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, UFVJM – MG – Brasil – Nº 13 – Ano VII – 05/2018. Disponível em: www.ufvjm.edu.br/vozes Acesso em: 10 dez 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em 11 jul. 2021.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**.2017, vol.38, n.139, pp.331-354.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000200331&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 02 dez. 2021.

LOPES, Marcelo Wilton Vieira. Educação Profissional entre os anos 30 e 90: uma história de subordinação aos processos produtivos no contexto brasileiro. **Research, Society, and Devolepment**. V. 8(10), 2019.

MANFREDI, Silvia. **Educação profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 310p. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em 11 jul. 2021.

MAZUCATO, Thiago (Org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018 (p. 51-59).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1992000300013>. Acesso em 26 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192 Acesso em 10 dez. 2021.

OLIVEIRA, Salvador Rodrigues de; BATISTA, Sueli Soares dos Santos; ALMEIDA, Ivanete Bellucci Pires de. Teorias e práticas curriculares na educação profissional e tecnológica.

Research, Society and Development, v. 9, n.1, e16711807, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7342137>. Acesso em 05 dez. 2021.

PACHECO, E. **Institutos federais: uma revolução na educação tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais** : diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. A reforma do ensino médio e a educação profissional: da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 11, p. 01-25, e020138,2021

RAMOS, Ivone Marchi Lainetti. **Currículos da Educação Profissional**. sd. Disponível em:http://www.moodle.cpsctec.com.br/capacitacaopos/mstech/pdf/d3/aula03/FOP_d03_a03_t07.pdf. Acesso em 28 nov. 2021.

SALLES, Nísia Maria Teresa; BUENO, Eliane de Souza Silva. A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Triângulo Mineiro–Campus Uberlândia: Possibilidades e Desafios de Articulação.**Simpósio Temático 5–Ensino Fundamental e Médio: currículos e práticas escolares**, p. 2190, 2016. Disponível em: https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/simpo_5.pdf#page=178. Acesso em: 28 nov. 2021.

SANT’ANA , Wallace Pereira; SILVA, Hugo Barros da; LEMOS, Glen César. Ensino médio integrado à educação profissional: algumas concepções, **Tecnia**, v.3, n.1, 2018. Disponível em: <http://revistas.ifg.edu.br/tecnia/article/view/124/71> Acesso em 28 nov. 2021.

SANTOS, Dinelise Sousa et al. O lugar da Educação Profissional e Tecnológica na reforma do ensino médio em contexto brasileiro: da Lei Nº 13.145/2017 À BNCC. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 19, p. e9488, abr. 2020. ISSN 2447-1801. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9488>. Acesso em: 05 dez. 2021. doi:<https://doi.org/10.15628/rbept.2020.9488>.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 dez 2021.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. A construção do currículo na perspectiva popular crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, PUC-SP, 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Ciencias/Teses/tese_gouvea.pdf Acesso em 29 jul 2021

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: http://www.nuredam.com.br/files/livros/documentosdeid_SILVA.pdf Acesso em 30 jul 2021.

TEIXEIRA, Dayany Vieieira Braga. Proposta de organização curricular para os cursos do ensino médio integrado (EMI) do IF Sertão-PE – Campus Petrolina. Programa de Pós-graduação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas (PPGCLIP-MPED). **Dissertação de Mestrado Profissional em Educação**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28670>. Acesso em 02 dez. 2021.